



CIBEC/INEP



B0009503

ÇÃO BÁSICA

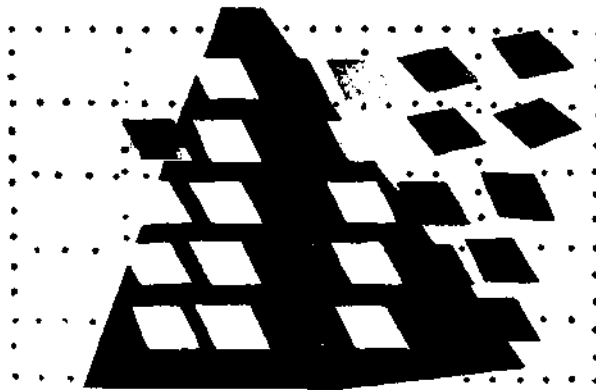
SÉRIE

Atualidades Pedagógicas

5

**QUESTÕES ESTRATÉGICAS
DE UMA POLÍTICA
EDUCACIONAL**

Bernardete A. Gatti



MEC / UNESCO

F
87.014
G263q

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**QUESTÕES ESTRATÉGICAS
DE UMA POLÍTICA
EDUCACIONAL**

Bernardete A. Gatti

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Itamar Augusto Cautiero Franco

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO

Murílio de Avellar Hingel

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Antônio José Barbosa

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Maria Aglaê de Medeiros Machado

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Célio da Cunha

COMITÊ TÉCNICO DE PUBLICAÇÕES

Célio da Cunha, José Parente Filho, Helena Maria Sandoval de Miranda e Walter Garcia.

APOIO TÉCNICO EDITORIAL - DPE - CODEF

Nabiha Gebrim de Souza, Anna Maria Lamberti,
Solange M. F. Gomes Paiva Castro, Maria Maura Mattos e Heliane
Morais Nascimento

CADERNOS EDUCAÇÃO BÁSICA

SERIE

Atualidades Pedagógicas

5

**QUESTÕES ESTRATÉGICAS
DE UMA POLÍTICA
EDUCACIONAL**

Bernardete A. Gatti

MEC/UNESCO

© 1994, Ministério da Educação e do Desporto

AUTORA

Bernardete A. Gatti

ILUSTRAÇÃO CAPA

Riva Bernstein

IMPRESSÃO

Gráficos Charbel

REVISÃO

FICHA CATALOGRÁFICA

Gatti, Bernardete A.

G263q Questões estratégicas de uma política
educacional / Bernardete A. Gatti. — Brasília:
MEC. Secretaria de Educação Fundamental, 1994.
20p. (Série Atualidades Pedagógicas; 5)

1. Educação básica — política nacional.

I. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental.

II. Título.

Esta publicação foi realizada dentro do acordo MEC/UNESCO

SUMÁRIO

Apresentação	7
Questões Estratégicas de uma Política Educacional	9
1) Não aos escapismos: afirmação do direito subjetivo à Educação Básica ...	10
2) Mudança do foco de atenção e ação	11
3) Equidade: parâmetro ético na educação básica.....	12
4) Cultura do sucesso: as crianças aprendem desigualmente mas podem e devem progredir nas séries.....	13
5) Desenvolvimento de uma nova cultura de acompanhamento e avaliação ..	14

APRESENTAÇÃO

O texto da Dra. Bernardete Gatti tem a virtude de sintetizar, de forma admirável, os pontos principais para uma agenda mínima da política educacional brasileira. Em linguagem objetiva e sóbria, ela aponta os desafios nucleares e indica as diretrizes de ação necessárias para vencer os obstáculos e desafios existentes.

Questões centrais como a da eqüidade, avaliação, processos de gestão, construção de parcerias, continuidade das ações entre outras, são abordadas nesse texto, seguidas da indicação de princípios norteadores da ação.

Assim sendo, o Ministério da Educação, ao editar esse trabalho, tem a certeza de sua contribuição para os sistemas estaduais e municipais de ensino, como também para as escolas. Diante da escassez de recursos financeiros, torna-se necessário concentrar medidas nos pontos nodais dos desafios e obstáculos, tendo em vista a necessidade de estabelecer-se maior racionalidade nas políticas e, por conseguinte, aumentar-se a produtividade dos sistemas escolares.

A crise atual que atravessa a educação no país requer medidas que contribuam para baixar os custos administrativos, aumentando, em conseqüência, os que se destinam diretamente à melhoria e eficiência da escola.

Da mesma forma, a substituição da cultura do fracasso escolar por uma política pedagógica de avaliação e acompanhamento aumentam as chances de transformar a instituição escolar numa escola de cidadãos. Indiscutivelmente, as idéias de Bernardete Gatti, se postas em prática, conduzem a um novo cenário escolar, mais promissor e mais condizente com as necessidades atuais de educação de qualidade.

Célio da Cunha Diretor do Departamento de
Políticas Educacionais
SEF/MEC

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

Bernardete A. Gatti
Fundação Carlos Chagas

A questão que queremos examinar diz respeito a que mudanças precisam operar-se para que se consiga pôr em movimento condições que possam levar a uma reversão da situação crítica em que se encontram os sistemas de ensino no Brasil.

Essas mudanças configuram-se a partir: 1º) da afirmação do direito subjetivo à educação básica, através da formação de atitudes que incorporem com clareza este direito fundamental; 2º) pela necessidade de mudança de foco de atenção dos administradores públicos da educação: passar da burocracia do sistema para a escola, esta. como o lugar da qualidade; 3º) por assumir o princípio de equidade na educação escolar e da escola enquanto um lugar de progressão para a criança, assumindo-se o sucesso desta criança como meta a mais valiosa; e 4º) do desenvolvimento de avaliações das ações técnicas e das progressões das crianças para realimentação pedagógica e administrativa do sistema. Essas mudanças são verdadeiros DESAFIOS. Assim, vamos configurar melhor esses desafios.

1) Não aos escapismos: afirmação do direito subjetivo à Educação Básica

É clássica nos discursos e planos educacionais a ênfase no direito à educação básica apoiada nas mais diversas razões, em geral, para gerar ou consolidar compromissos do Estado e de diversas instâncias sociais para com essa educação. Mas, cabe apontar com veemência que esses compromissos sistematicamente não se concretizam. Ou seja, há um eterno escapismo na sua realização; isto é, há sempre alguma desculpa para sua não realização ou algum desvio que acaba pela implementação de ações que não atendem diretamente à oferta de educação básica. Por exemplo, em nível de município, subsidiar ensino superior ao invés de investir no ensino básico. Os setores modernos da economia mostram que, sem a universalização da educação escolar, não se poderá modernizar o país. Outros setores acentuam a dimensão do direito à cidadania, à preparação para a participação na transformação social, ao desenvolvimento do pensamento crítico. Ou ainda, outros lembram que é preciso assegurar a apropriação competente dos instrumentos básicos com os quais a cultura ocidental foi construída. Todos esses enunciados são absolutamente adequados, mas ficar somente neles traz vários riscos. Um deles é de privilegiar um aspecto particular, colocando nele o acento principal, como, por exemplo, no processo de modernização industrial e, por isso, justificar a não-oferta de educação escolar de modo universal por se necessitar investir prioritariamente em determinados segmentos.

Outro risco vem das carências conjunturais como as orçamentárias: é fácil trazer acordo para a idéia de que aquilo que se tem de realizar — a escolarização universal — é impossível aos cofres públicos. Assim, pode-se continuar a anunciar a necessidade fundamental de educação, mas adiar as iniciativas concretas para sua realização. Por isto, é preciso ir à raiz da qual essas dimensões são expressão parcial e dar à educação básica um sentido explícito, um sentido que não permita o escapismo aos compromissos para com essa educação: compreender a Educação Básica como "o processo mínimo indispensável para que todos dos indivíduos de uma determinada sociedade histórica completem a sua adequada formação humana para que se tornem um ser social, ou melhor, um ente cultural. Tal afirmação parte do suposto de que, sem a Educação Básica, os

indivíduos historicamente existentes são seres culturalmente incompletos, logo parcialmente interditados para o pleno gozo de todos os recursos disponíveis na vida social (Rodrigues, 1991)".

Todos os recursos e requisitos necessários à vida social devem ser aprendidos, adquiridos por cada um e por todos os membros de uma sociedade que coexistem num mesmo momento histórico. Somos todos parceiros deste momento histórico e é por isto que nos nossos tempos a educação escolar transformara-se em instrumento universal e não parcial. A razão fundamental para se oferecer educação básica para todos é, então, o direito subjetivo de todos de ter acesso aos recursos necessários à vida social na contemporaneidade. A consciência disto é que é essencial para qualquer passo na direção de se pensar e fazer seriamente educação básica.

2) Mudança do foco de atenção e ação

Tem sido tradição no Brasil, nas diferentes esferas responsáveis pelo ensino — a estadual, a municipal e a federal — uma preocupação exagerada com as estruturas centrais de administração e de apoio técnico. Como se vê, por esse caminho não se conseguiu um ensino de qualidade, em alguns casos, nem ensino. Essa preocupação tem que ser transferida de fato para a escola, *cada escola*, que é o local onde quase 30 milhões de crianças vão todos dos dias na esperança de aprender alguma coisa, na esperança de ter acesso aos instrumentos que a habilitem para a vida em seu tempo.

É pois, importante primeiro pensar-se a escola que se quer ter, que se quer oferecer, ou que se precisa ter e, a partir daí, definir-se o que é necessário de fato para criar, manter e qualificar escolas. Só a partir do dia-a-dia concreto das escolas, em sua dinâmica cotidianidade, é que se poderá qualificar melhor nossa educação escolar, pois a qualidade do ensino, da educação, se faz no varejo, na relação professor-aluno no contexto escolar, e não no atacado, na sofisticação administrativo-pedagógica. Escola deve existir para ENSINAR, para fazer com que as crianças tenham acesso às bases de nossa cultura e às habilidades necessárias à sobrevivência e à vida social moderna. As demais funções

que a ela possam agregar-se serão necessária e absolutamente secundárias, dado que a outras instituições sociais é que caberia basicamente seu oferecimento. Vai-se à escola para APRENDER e, como explicita Xavier (1991), cabe à escola que se quer melhor qualificada atender tanto às necessidades expressas como às potenciais, sendo que nessa concepção de qualidade: 1º) o aluno é o centro das atenções e tudo deve ser definido em relação a ele; 2ª) a própria qualidade é uma concepção dinâmica, uma vez que as necessidades também o são; 3ª) a qualidade da escola não está no luxuoso; 4º) a qualidade não pode ser dissociada dos recursos financeiros necessários à sua produção. Não pode também prescindir de um processo e acompanhamento e de avaliação constantes, tanto o desenvolvido pelos gerentes do sistema como aquele realizado pelos seus beneficiários: os próprios alunos, pais, sindicatos, associações diversas etc.

3) Eqüidade: parâmetro ético na educação básica

A eqüidade não tem sido uma característica do sistema de educação básica. A renda não deveria ser uma variável determinante para o acesso e a permanência na escola, nem para diferenciar drasticamente as crianças quanto ao domínio das habilidades básicas necessárias à vida social na contemporaneidade.

Ter como objetivo um mínimo de eqüidade leva a um planejamento e a uma distribuição de recursos e insumos educacionais um pouco mais justa, buscando equilibrar desigualdades, especialmente as mais flagrantes.

A eqüidade é uma faceta importante da qualidade uma vez que pode proporcionar uma certa equalização não só nas oportunidades de acesso à escola como oportunidade de maior tempo de permanência das crianças menos favorecidas socialmente no sistema educacional. A distribuição de verbas, materiais, treinamentos se faz no sentido de que necessidades mínimas, por exemplo, nas zonas rurais, nas periferias urbanas, nos bolsões de pobreza sejam garantidas a todos. Nesta perspectiva deixa de prevalecer o favor a amigos e os interesses politiqueros imediatistas para prevalecer o senso de ética social cujos resultados serão sempre o benefício de todos, direta ou indiretamente. O

outro lado desta moeda é a equidade que garante tratamento igual a quem está em situações iguais, ou seja, os que têm similaridade de condições recebem o mesmo volume de recursos e insumos educacionais específicos. Critérios definidos com clareza na transferência de recursos de diversas naturezas, em função de um plano equitativo, permitem um impacto social maior e uma visibilidade mais ampla das ações.

Concretamente, em nossa situação, é preciso começar pela oferta de acesso universal com pelo menos um patamar mínimo educacional com qualificação considerável. Este ponto é fundamental no conceito de equidade. O segundo ponto é que a equidade seja pensada no conjunto das redes. Não é possível manter o esquema, por exemplo, de escolas estaduais "boas" e escolas municipais "miseráveis" ou vice-versa. É preciso equalizar os serviços oferecidos através de parcerias e negociações.

4) Cultura do sucesso: as crianças aprendem desigualmente mas podem e devem progredir nas séries

Pessoas não são robôs com características estereotipadas. Ao contrário, são altamente diferenciadas em seus interesses, em suas habilidades, em seu ritmo, naquilo que gostam ou não. A escola lida portanto com esta heterogeneidade e precisa corresponder com flexibilidade a essas diferenciações. Se, de um lado, é necessário que certas aprendizagens básicas sejam garantidas, quer em nível de conteúdos específicos, quer em nível sócio-cultural mais amplo, de outro, é preciso ponderar algumas questões.

Deve-se refletir melhor sobre o que se exige enquanto aprendizagens básicas e em quanto tempo se pretende que a criança atinja essas exigências. As exigências/tempo em nossas escolas são realmente adequadas às condições biopsicossociais das crianças em geral? A correspondência tempo/níveis e seqüências de aprendizagens é uma questão curricular da maior importância nada discutida e praticamente não levada em conta no estabelecimento da seriação escolar, dos horários de permanência das crianças na escola e distribuição dos conteúdos e atividades. Estabeleceram-se pelo hábito e imitação alguns critérios que

se perpetuam sem serem questionados e sequer analisados à luz do que se sabe hoje sobre a aquisição da leitura e da escrita, e de outras habilidades, bem como do desenvolvimento cognitivo. Ou seja, os critérios têm sua origem mais em preconceitos do que em informações de natureza mais científica.

Muitas vezes se copiou e se copiam modelos que são excepcionais, ou seja, desenvolvidos por unidades especiais com estes ou aqueles propósitos específicos, e não as experiências da vivência das redes, daquilo que é o mais comum nos sistemas de outros países, por exemplo. Ou seja, toma-se como exemplo um caso, como se fosse a regra; toma-se a exceção como exemplo. Daí, inúmeras deturpações nas exigências impostas às crianças sem que se perceba que são descabidas. Pouco se reflete sobre a sensatez dessas exigências tal como são colocadas e vai-se reproduzindo nas avaliações das crianças e na seriação escolar comportamentos altamente seletivos que, ao invés de favorecer e estimular a criança para superar suas dificuldades, levam ao estigma, ao preconceito, à desmotivação. Retenções sucessivas não levam a uma melhor aprendizagem. Levam ao abandono da escola. A qualidade de uma escola e da rede é proporcional à sua capacidade de fazer as crianças obterem SUCESSOS em sua progressão escolar. Sucesso diferenciado tanto quanto são diferenciadas as crianças, porém SUCESSO.

5) Desenvolvimento de uma nova cultura de acompanhamento e avaliação

Acompanhar ações e avaliá-las leva à reflexão com dados concretos sobre "o que acontece de fato?". O sistema é bem gerenciado? As informações fluem? O diretor lidera sua escola? Os professores voltam-se para o sucesso de seus alunos? Estes aprendem? Aprendem o quê, como, quando? A administração geral está sendo bem feita? Há transparência? Há equidade? Portanto, acompanhar e avaliar os processos relativos à escolarização é fundamental, mas só o é na medida em que se reflete sobre esse acompanhamento e daí se tiram informações para a prática no sistema, quer em nível gerencial, quer em nível da sala de aula. Temos vivido uma inércia educacional, falando mal da educação, das escolas, disto, daquilo.

Os administradores públicos discursam e produzem documentos brilhantes sobre os problemas da educação e prometem isso ou aquilo. Mas, chegar perto do que se passa de fato, colher dados, questionar com dados, trazer contribuições concretas à solução de problemas de fato constatados não é um comportamento que se tem instituído. Este comportamento de "vai levando" passa a não ser interessante na medida em que as populações, as comunidades, já estão atentas ao que vem acontecendo com suas crianças no sistema escolar e já percebem que, para além de diretores e professores, estão o secretário da Educação, o governador etc... Avaliar bem para agir melhor, com critérios mais bem fundados, e para balizar a ação de cada um dos envolvidos com o ensino, leva não só a fundamentar as opções a serem feitas, sobre onde e como investir, como a evitar-se despedidos em opções que venham a mostrar-se pouco eficazes para a real qualificação do ensino. As avaliações bem conduzidas, se bem utilizadas, levam à economia de esforços e de dinheiro. Deixa-se de apostar no escuro em função do palpite deste ou daquele e aposta-se com dados claros que indicam, de fato, a direção a seguir.

Avaliar não é punir. Acompanhar e avaliar o processo de ensino e seu gerenciamento é testemunho de seriedade de intenções e da vontade de agir inteligentemente para a solução dos problemas que afloram. É sinônimo de decência. É um comportamento ético nas ações públicas.

Se estes são os desafios — afirmação do direito subjetivo, a escola como foco da administração, equidade, sucesso da criança, avaliação constante —, como começar a enfrentá-los?

Primeiro pelo fortalecimento e melhoria da escola. Este fortalecimento e esta melhoria não passam somente pela adequação das condições físicas da rede, mas sobretudo pela valorização do professor enquanto profissional e pelos materiais pedagógicos postos à disposição de professores e alunos.

As condições salariais e de carreira do professorado são fatores importantes para se pensar em uma melhor seleção desses professores, os quais se precisa contratar pela demonstração de um mínimo de competência. Ainda é preciso oferecer a eles um acompanhamento de sua prática pedagógica para a qual se deve contribuir com um sistema de formação permanente em serviço. É mister restaurar a moral e a motivação dos professores, ao mesmo tempo que se lhes oferece suporte e auxílio para as suas práticas no dia-a-dia da escola.

Alunos e professores precisam dispor de materiais didáticos diversificados (mapas, cartazes, livros, textos diversos, revistas, encartes, fotos, slides, vídeos), como também de matéria-prima para produzir seus próprios materiais pedagógicos (papel, papelão, isopor, cartolina, tintas, máquinas de reprodução de material, retroprojeto etc); kits de ensino e jogos pedagógicos podem ser muito úteis, quer para uso direto, quer como estímulo ao professor para criar seus próprios jogos ou kits de ensino. Se se quer professores criativos é preciso dar-lhes condições para sê-lo. Ninguém cria do nada.

A direção da escola precisa ser muito bem qualificada e a ela se deve atribuir bom grau de autonomia a par de uma clara definição de responsabilidades, tanto no que se refere à manutenção da escola, à sua administração, como quanto aos resultados que os alunos de sua escola apresentam. O diretor precisa ter claro que ele gerencia um ambiente de aprendizagem e que a ele cabe, ao nível de sua escola, manter esse ambiente fisicamente adequado e pedagógicamente bem orientado, oferecendo o produto esperado: o sucesso dos alunos. A administração geral precisa avaliar os diretores a partir do que sua escola concretamente realiza.

A diretriz é fazer de cada escola um lugar agradável e alegre, onde todos se sintam bem e motivados para suas tarefas. Para os dirigentes a meta é, ao receber uma visita de outras *autoridades*, poder levá-las *sem medo a qualquer uma* das escolas de seu estado ou município.

O segundo aspecto diz respeito à modernização e melhoria dos processos de gestão. Pode-se afirmar que hoje o retrato dos sistemas de ensino é um boneco com uma enorme cabeça, mas com um corpo, braços e pernas pequenos, atrofiados, maltratados. A administração central é sempre superdimensionada, seja por motivos políticos, seja por incompetência. Isto pesa enormemente nos orçamentos e tem baixo retorno. Reequilibrar, isto é preciso. É preciso dar pernas às escolas para elas andarem, dar braços para produzirem e dar um corpo que sustente braços e pernas e alimente a cabeça com a qual venha a se articular em equilíbrio.

Descentralizar desburocratizando deve ser diretriz básica. Isto demanda uma revisão profunda de cada modelo de gestão em funcionamento, revisão esta que passa pela avaliação de necessidades reais e do desempenho de seu quadro funcional. Precisa-se romper com

a perpetuação de estruturas centralizantes arcaicas e disfuncionais, mantidas a altos custos sem estarem trazendo um produto de qualidade, como os dados e os fatos bem o demonstram. Descentralizar administrativa e pedagogicamente implica descentralizar, além das funções, os recursos, tornando sua aplicação mais ágil e mais condizente com as necessidades de cada escola. Esta descentralização deve propiciar uma baixa nos custos administrativos e é um modelo de gestão que implica que o projeto educacional a ele associado seja um projeto que sirva à sociedade e não a uma administração em particular. Ou seja, a melhoria e a modernização dos processos de gestão só terão efetividade quando decorrerem de um projeto de política educacional clara, de longo prazo, política esta comprometida com o interesse de todos e não de uns poucos.

Aspecto fundamental a gestões mais eficazes é a disponibilidade de *dados* sobre os quais se possa debruçar para se fazer uma leitura enriquecida da situação de ensino. Sem informações mais ou menos consistentes qualquer ação gerencial é paródia. A organização de estatísticas gerais e relativamente fidedignas é indispensável. Como se pode gerenciar e descentralizar modernizando as estruturas e agilizando o fluxo de recursos e das ações se não se sabe quantos funcionários se tem, onde estão, por quê, e o que fazem? Quantos professores, alunos, onde estão? etc. Os dados, contextualizados, são importantes referenciais das mudanças que se fazem de fato necessárias e um recurso sem o qual o administrador opera às cegas.

Na modernização da gestão, um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos é um recurso importante para manter ágeis as tramitações burocráticas necessárias, como para detectar disfunções e corrigi-las, e ainda para detectar necessidades de formação, reciclagem e apoio técnico.

O terceiro movimento na direção dos desafios apontados é a capacidade de construir e conquistar parcerias. Para que se possa realmente responder às necessidades básicas de ensino é preciso que se desenvolvam múltiplas alianças para que recursos e meios sejam articulados, e desperdícios e duplicações de ações sejam evitados.

A União, os estados e os municípios atuam em todos os níveis de ensino e o fazem em intensidades diferentes, porém nem sempre em parceria eficaz. É complexa a teia de relações entre essas três instâncias, inclusive porque essas relações não estão imunes aos aspectos políticos partidários. Por estas razões é que a participação destas três instâncias precisa ser recolocada sob a ótica de uma parceria mais inteligente, voltada

para os interesses mais gerais da sociedade. Para que esta parceria se efetive são necessárias, antes das decisões e implementações de ações, consultas mútuas e discussões sobre a alocação de recursos e revisão nas formas de captação e repasse desses recursos, bem como sobre o desenvolvimento de programas e projetos pedagógicos, de treinamentos de diversas naturezas, entre outros. Formas mais adequadas de relacionamento entre estas instâncias estão para ser construídas, mas sua conquista é necessária para a melhoria da qualificação do ensino nas diferentes redes escolares. Estados e municípios devem encontrar formas mais efetivas de organizar e integrar suas ações na educação básica; precisam criar ou encontrar meios de cooperação que conduzam à maximização de seus recursos financeiros, físicos e humanos, possibilitando uma gestão mais eficiente da educação e da escola. Nesta área o que se necessita é parceria e não competição.

As alianças e parcerias devem ser ampliadas ao setor privado, às comunidades locais, aos sindicatos, grupos religiosos, organizações não-governamentais de modo geral, associações diversas. É preciso conjugar todos os esforços e recursos possíveis para atender aos novos desafios, tendo presente que os recursos e as iniciativas do Estado são insuficientes. Estas parcerias podem e devem ser acionadas em um caminho de dupla via, sendo que as instâncias extragoverno podem assumir iniciativas importantes nesta direção. Numa visão ampliada de educação em que se acionam diversas modalidades, além das formas existentes, para que as crianças e os jovens efetivamente adquiram condições de acesso à cultura de seu tempo, para que aprendam e tenham possibilidade de se desenvolver na vida de forma competente, mobilizar alianças em setores não-governamentais pode trazer uma grande contribuição com a mobilização de novos recursos, novas formas de atuação, flexibilidade de meios e idéias variadas.

Adentremos agora numa questão fundamental, aquela que deve permear todas as reflexões e ações no âmbito da gestão educacional. A questão dos *princípios norteadores* dessas ações.

Princípios Norteadores

Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. Saber priorizar e priorizar a partir de dados e em função de interesses sociais mais amplos é um

princípio básico. A escolha de metas claras e viáveis, realmente representativas das necessidades educacionais básicas e chaves para a melhor qualificação da educação escolar num dado momento e lugar, é que permite a reflexão e a implementação de estratégias eficazes. Porém, a eficácia destas está vinculada a três características que as ações a serem implementadas devem contemplar: a *gradatividade*, a *cumulatividade* e a *continuidade*. Por estas razões é que planos e políticas educacionais devem ser assumidos como responsabilidade social mais ampla e de múltiplos parceiros, e não como apanágio de uma administração. A continuidade de ações por períodos mais longos em educação é uma necessidade incontestável. As aprendizagens que são dependentes de situações e condições específicas que se criam não podem ser sustentadas com qualidade, com sucessivas interrupções e substituição dessas condições, dado que se efetivam a prazos mais largos. Mesmo a avaliação de propostas educacionais que seria importante se fazer antes de interromper ou substituir ações, torna-se difícil de se operar quando não é dado tempo suficiente para que essas propostas tenham um tempo maior de existência. Tem-se sido muito inseqüente neste aspecto, substituindo isto por aquilo e aquilo outro numa rápida seqüência, por motivo sério nenhum, a não ser os "achômetros" e as mudanças de administração. O resultado aí está: não se consegue qualidade mínima nas redes escolares.

Na escola, as ações implementadas devem ter um tempo razoável de execução para se ter um mínimo de consolidação que permita uma avaliação de seu impacto na qualidade de execução e das aprendizagens. Além disso, na maioria dos casos, propostas para educação abrangem múltiplos aspectos e níveis de atuação, por isto, a gradatividade na implementação de ações é fator importante. Dela depende muitas vezes o sucesso das ações a partir de um trabalho de preparação e aceitação e de verificação de bom-senso nas sucessivas e graduais medidas implementadas. Continuidade e gradatividade de implementação apóiam-se no eixo da cumulatividade. Experiências se acumulam e se articulam. Não são fenômenos estanques. Se não se acumula experiência numa dada proposta de ação, na verdade ela não chegou a se implementar de fato. A sucessão de propostas sem acumulação de experiência gera, ou um vazio que simplesmente fragmenta as ações, ou confusão que conduz a ações desmotivadas e sem sentido. Essa ausência de perspectiva aliada

à fragmentação das ações e à desmotivação têm caracterizado nossas redes de ensino em função, então, da ausência de políticas coerentes e continuadas que permitam a acumulação de aprendizagens sobre diferentes ângulos. O reflexo disto é, no mínimo, desanimador e pode ser avaliado pela permanência crônica dos problemas que assolam nosso ensino e pela continuidade da não-superação de problemas tais como a repetência, a evasão, o baixo rendimento escolar, a má formação dos professores etc.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)